

**Fechando um Ciclo:
um balanço da gestão editorial 2008-2011 da RPP**

Closing the cycle:
a review of the editorial management of the RPP 2008-2011

Cerrando un ciclo:
un balance de la gestión editorial 2008-2011 de la RPP

Alessandro Soares da Silva – University of Sao Paulo
Celso Zonta – The State University of Sao Paulo “Júlio de Mesquita Filho”
Editores

Com o fascículo 22 do Volume 11 da Revista Psicologia Política, completamos onze anos de atividades. Desde 2008, sob nossa edição, Alessandro Soares da Silva e Celso Zonta, publicamos oito fascículos e procuramos ampliar as relações com a América Latina, fazendo da RPP um veículo que propiciasse a integração entre pesquisadores(as) da região. Essa meta se deu não apenas com o incremento de textos advindos da ibero-latino-américa, mas atuando na criação da Associação Ibero-Latino-Americana de Psicologia Política – AILPP.

Isso se deu exitosamente e a Revista Psicologia Política, juntamente com a Revista Eletrônica de Psicologia Política da Argentina, passa, como decidido na assembleia fundacional de Córdoba – Argentina, a partir do ano que entrará a ser o veículo oficial da AILPP. Por esse motivo, a RPP passará, a partir de 2012, a ser quadrimestral, sendo um de seus fascículos coeditado pela AILPP. Para o biênio 2012-2013 o coeditor dos fascículos da AILPP na RPP e na REPP será o Prof. Dr. Agustin Espinosa Pezzia – PUCP – Peru.

Após esse grande esforço, o prof. Dr. Celso Zonta encerra sua atuação junto a RPP, sendo este o último fascículo que coeditora. A partir de 2012, a revista passa a ser Editorada pelo Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva, o qual conformará nova equipe.

Em 2011, a RPP recebeu 127 manuscritos dos quais 88 tiveram sua avaliação concluída com a colaboração de 101 pareceristas *Ad Hoc*. Mas durante o período em que a RPP foi editada por nós conjuntamente, conduzimos 252 processos editoriais, o que em se tratando de uma revista temática é um número bastante significativo de textos recebidos. Para avaliá-los foram necessárias várias contribuições de cerca de 170 pareceristas. Aos que submeteram seus textos e que se disponibilizaram avaliar nosso muito obrigado.

Com sua contribuição temos feito a construção coletiva de nossa RPP.

Abrimos o presente fascículo com o artigo *Ideologia e Transgressão*, de Alípio Sousa Filho (UFRN – Brasil). O tema da ideologia é muito importante na e para a Psicologia Política e neste trabalho temos a abordagem dessa problemática teórica a partir do processo de abandono do seu emprego por certos autores e sua confinação a uma definição restrita em termos marxistas. Essa realidade merece a atenção dada pelo autor porque o conceito aporta muito para a compreensão e as análises da cultura, do simbólico, do imaginário social. Em sua abordagem, o autor busca aproximar-se de apropriações advindas dos estudos antropológicos e sociológicos para pensar a ideologia como fenômeno de cultura.

A questão da ideologia e da transgressão abordada no primeiro texto tem uma continuidade bastante interessante por meio dos demais manuscritos que compõem o presente número. Ela se faz notar em discussões que passam pelas questões de orientação sexual, gênero, educação e relações comunitárias. Nos quatro textos que seguem, o foco está nas relações de gênero, raça/etnia e orientação sexual, o que nos permite pensar a ideologia e suas relações com a produção de novas identidades e seus impactos na governabilidade quando se fala em políticas públicas.

Jan Marc Rottenbacher, Agustín Espinosa e José Manuel Magallanes (PUCP – Peru) fazem esse debate no artigo *Analizando el Prejuicio: Bases ideológicas del Racismo, el Sexismo y la Homofobia en una muestra de habitantes de la ciudad de Lima – Perú*. Ao analisarem a relação entre a ideologia política e diversas manifestações de preconceito na cidade de Lima os autores estudam a intolerância a incerteza e a ambiguidade, a posição esquerda/direita, o autoritarismo de direita, a dominância social, a homofobia, o sexismo ambivalente e o preconceito voltado a etnias amazônicas. Em um esforço bastante concentrado buscam entender como esses elementos influem sobre as diversas expressões de preconceito, de modo a perceber ideologia como multidimensional, mas que tende de forma geral ao autoritarismo e ao conservadorismo, pois percebem estes grupos como ameaças à ordem social tradicionalmente estabelecida no Peru.

Em *Psicología, violencia contra mujeres e feminismo: em defesa de uma clínica política* as autoras Flávia Baeza Timm (UCB – Brasil), Ondina Pena Pereira (UCB – Brasil) e Daniela Cabral Gontijo (UnB – Brasil) articulam a relação entre a escuta clínica em psicologia e o feminismo, buscando, como resultado dessa articulação, explicitar a proposta de uma metodologia engajada e politizada para o atendimento às mulheres em situação de violência. Ao fazê-la, as autoras dão continuidade às discussões trazidas no primeiro artigo ao mesmo tempo em que apontam para o fato de que tal articulação tomou forma em trabalho de atendimento realizado com mulheres em situação de violência conjugal. Mediante o processo de atendimento a essas mulheres elas evidenciaram a necessidade de um olhar crítico sobre a onipresença das interpretações psicologizantes, centradas em uma ideologia da intimidade. Tal olhar impossibilita. Para as autoras, a construção da ação clínica como ação política.

William Siqueira Peres e Livia Gonsalves Toledo (UNESP – Brasil) propõem no texto *Dissidências Existenciais de Gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder* um debate sobre a normatização dos sexos, gêneros, desejos e práticas sexuais a partir do surgimento de novas identidades sexuais que podem ser classificadas como *queer*. O texto centra-se sobre as identidades de travestis, transexuais e transgêneros problematizando os modos de subjetivação normatizados e as instituições hegemônicas marginalizam. Os autores consideram diversos elementos para que se possam criar dispositivos para diminuir as intensidades de

discriminação, estigmatização, violência e exclusões vividas e narradas nos discursos desses(as) que aqui são chamados(as) dissidentes das normativas heterossexuais de gênero.

Esse debate tem continuidade no texto *As formas do “fazer psi” e a constituição das políticas públicas associadas à diversidade sexual* da autoria de Priscila Pavan Detoni, Daiane Maus Marques, Sandra Vieira Soares e Henrique Caetano Nardi (UFRGS – Brasil). Nesse artigo discute-se o fazer psicológico face à constituição das políticas públicas voltadas à diversidade sexual. Ao utilizarem o conceito de governamentalidade para entender como vem se produzindo as regulamentações / intervenções do Estado e as transformações do dispositivo da sexualidade o texto traz uma importante oportunidade de debate psicopolítico, pois centra seu olhar em um aspecto ainda pouco tratado no campo da participação política.

Os dois artigos que seguem tratam as questões ideológicas no âmbito dos povos tradicionais, a saber, quilombolas e ribeirinhos. Em ambos os casos a questão ambiental desponta como um elemento significativo e pode ampliar as bases de uma psicologia política ambiental. No primeiro, *Modernidade e Comunidades Tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola*, da autoria de Renata Patrícia Forain de Valentim e Zeidi Araújo Trindade (UFES – Brasil), foca o lugar de encontro entre populações tradicionais e as forças culturais modernizantes a partir do caso da população de quilombolas residentes na região do Sapê, Espírito Santo. Ao fazê-lo as autoras abordam as formas representacionais mnêmicas tradicionalmente relacionadas ao grupo para identificar seu papel na articulação e conformação dos novos conteúdos trazidos pela modernidade.

Histórias de Pescadores: estudo com ribeirinhos desalojados por uma hidrelétrica é o segundo texto; e, é da lavra de Andreia Alves e José Justo (UNESP – Brasil). Nele, @s autor@s analisam, a partir de pesquisa realizada com ribeirinhos desalojados pela construção de uma hidrelétrica, histórias do tempo em que habitavam as margens do rio e da vida atual na vila construída em substituição ao antigo povoado alagado pela barragem. O texto aponta para elementos memoriais que anunciam a ausência de um passado eivado por lembranças da terra fértil e dos mistérios da mata em contraposição as dificuldades vividas em um presente marcado pelo protesto e a revolta contra a construção da hidrelétrica que lhes limitou a vida ribeirinha. Nesse sentido novas identidades e a ausência de ações de estado que reconheçam efetivamente essas populações na hora de pensar políticas públicas que as afetem.

Os três últimos textos deste fascículo 22 trazem aportes ao campo da educação e também nos fazem pensar elementos que se relacionam com a questão ideológica. Em *A Política Educacional como Espetáculo: a construção dos Centros Educacionais Unificados em São Paulo* Reinaldo Pacheco (USP – Brasil) aborda as contradições com relação ao acesso a direitos sociais e as formas de apropriação do espaço urbano são evidentes na cidade de São Paulo por meio de uma análise do papel do Estado na sociedade contemporânea. O faz com o fim de verificar o alcance e significado da política educacional implementada a partir da construção dos Centros Educacionais Unificados (CEUs). Nesse exercício o autor procura entender como o Estado torna-se incapaz de impedir a desigualdade e as formas de segregação sociais e compromete as políticas educacionais, as quais têm sido incapazes de promover a igualdade, conformando-se, assim em um grande espetáculo oferecido à população, sem alterar significativamente a qualidade da escola pública municipal paulistana.

No artigo *A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar*, Vanessa Gertrudes Rabatini e Lígia Márcia Martins (Unesp – Brasil) buscam um outro foco no campo educacional. A compreensão da obra de Vigotski sobre a cultura em Vigotski para

destacar a importância do ensino escolar no desenvolvimento dos indivíduos. Ao analisar a influência da cultura sobre o desenvolvimento psicológico do ponto de vista sócio-histórico as autoras propõem que a cultura para Vigotski é produto das leis históricas determinadas pelas condições concretas da existência humana e permite ao homem produzir cultura, a qual é fruto das relações sociais internalizadas por ele e que se expressam na forma de funções psíquicas.

Passé Livre Já: participação política e constituição do sujeito, artigo de Marcela de Andrade Gomes (FCSF – Brasil) e Kátia Maheirie (UFSC – Brasil) é o texto que encerra a sessão de artigos deste fascículo 22 e aborda a participação política em movimentos sociais, o que guarda relação com processos de socialização política e com a Educação política. No artigo as autoras buscam analisar de que forma a participação política no Movimento Passé Livre de Florianópolis medeia a constituição dos sujeitos militantes. Para tanto procuraram identificar os sentidos que atribuem ao movimento que eles constituem. Ao encontrarem elementos mediadores significativos na construção do interesse pela participação política as autoras abrem espaço para refletirmos aspectos da socialização e da educação política, presentes na formação militante, visto que o estilo da militância, bem como as novas formas de se relacionar com o outro e consigo mesmo, marca o *modus operandi* do Movimento do Passé Livre, convertendo-se em um atrativo para a participação.

Encerramos esse número com a resenha *Psicologia e Políticas Públicas: articulações possíveis* de Rosângela de Barros Castro (UEFS – Brasil). O texto é a resenha da obra *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*, de Maria das Graças Marchina Gonçalves, editado pela Cortez, em 2010, 134p. A importância de obras sobre esse tema é significativa na psicologia política contemporânea, sobretudo quando os debates acerca das políticas públicas feitas na área específica da psicologia política ainda são poucas. Dessa forma, parece-nos que o texto resenhado por Castro é bastante propício frente ao que se debate neste fascículo da Revista Psicologia Política.

Ao encerrarmos esse editorial desejamos anunciar a tod@s que em 31 de julho e 3 de agosto de 2012 celebraremos em Lima, Peru, o **I Congreso Iberoamericano de Psicología Política** e o **II Encuentro Iberoamericano de Grupos y Equipos de investigación en Psicología Política**, momento no qual lançaremos a RPP coeditada pela ABPP e a AILPP. Certamente, esperamos encontrar a tod@s lá!

Boa Leitura!